

História Geral 3
História Contemporânea I

Pré-Vestibular

Teoria e Exercícios Propostos



Editora COC – Empreendimentos Culturais Ltda.
Rua General Celso de Mello Rezende, 301
Tel.: (16) 3603.9700 – CEP 14095-270
Lagoinha – Ribeirão Preto – SP



Capítulo 01. Revolução Francesa

1. Fatores	7
2. O Processo	8
3. Assembléia Nacional Constituinte (1789-1791)	9
4. Monarquia Constitucional (1791-1792)	9
5. Convenção Nacional (1792-1795)	9
6. A Fase do Diretório (1795-1799)	10

Capítulo 02. Era Napoleônica e Congresso de Viena

1. O Consulado (1799-1804)	12
2. O Império (1804-1815)	12
3. Os Cem Dias (1815)	15
4. O Congresso de Viena	15
4.1. Conjuntura	15
4.2. Mudanças Políticas Promovidas pelo Congresso de Viena	16

Capítulo 03. A Independência da América Espanhola

1. A Sociedade Colonial	18
2. Reação ao Sistema Colonial	19
3. O Congresso do Panamá e a Fragmentação	22

Capítulo 04. Ideologias e Nacionalismos

1. Liberalismo	23
1.1. A Revolução de 1830 (França)	23
1.2. A Revolução na Europa	24
1.3. A Revolução de 1848 e a Segunda República (1848-1852)	25
1.4. A Repercussão na Europa	25
2. Socialismo	26
3. Nacionalismo	29
3.1. A Unificação Italiana	29
3.2. A Unificação Alemã	31

Índice.história geral 3

Capítulo 05. Os Estados Unidos no Século XIX

1. O Nascimento de uma Nação	34
2. A Marcha para o Oeste	34
3. Guerra de Secessão	36
4. Após a Guerra	38
Exercícios Propostos	41



Capítulo 01. Revolução Francesa

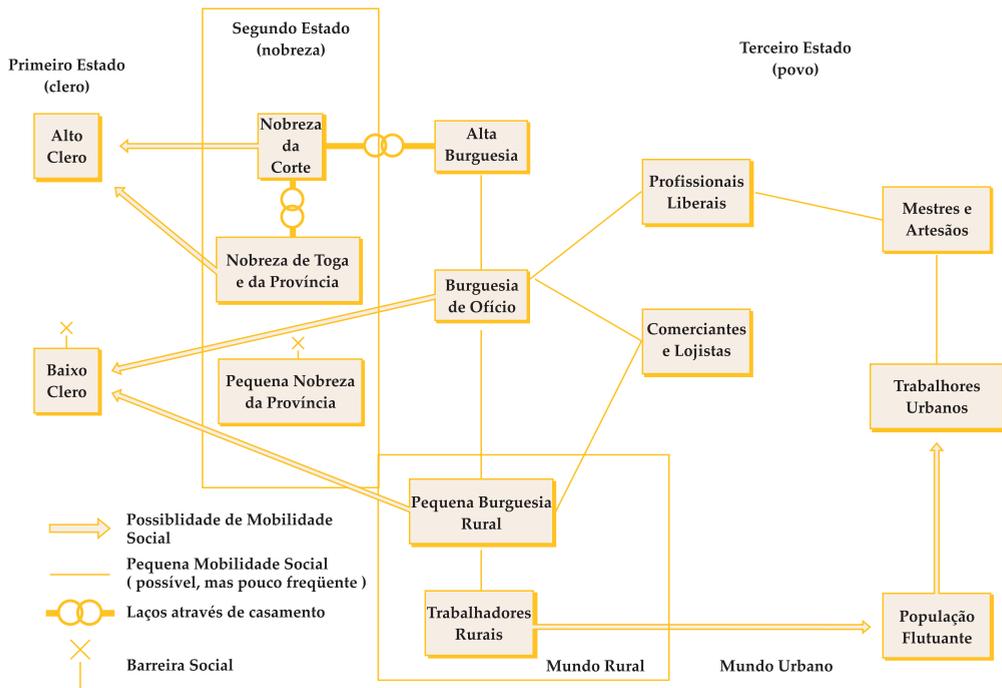
1. Fatores

A França pré-revolucionária apresentava um conjunto de estruturas características chamadas de Antigo Regime.

Esta expressão, criada pelos revolucionários para designar tudo aquilo que acreditavam superado, tornou-se um conceito sobre a Idade Moderna, uma vez que revelava o absolutismo, a sociedade de ordens e os privilégios que levariam a França à revolução.

Ao analisarmos os fatores que contribuíram para a eclosão da revolução na França, podemos destacar:

- a estrutura social baseada em "ordens" ou "estados", em que os privilégios sociais estavam juridicamente justificados. O Primeiro Estado, representado pelo clero, e o Segundo Estado, representado pela nobreza, estavam isentos dos impostos e possuíam exclusividade para exercer determinados cargos públicos e militares. O Terceiro Estado, cerca de noventa e sete por cento da população francesa, era composto por um conjunto social bastante heterogêneo:
- a alta burguesia, composta por grandes comerciantes, banqueiros e donos de companhias de navegação, por meio da compra de títulos, podia ingressar no Segundo Estado. Era um grupo de moderados e tendentes à conciliação com os setores privilegiados.
- a pequena burguesia, composta por comerciantes, profissionais liberais e pequenos proprietários, inclinava-se às mudanças e ao radicalismo revolucionário.
- os trabalhadores urbanos (proletariado) eram compostos pelos trabalhadores da indústria doméstica e pelas manufaturas, artesãos, trabalhadores das corporações ou grêmios artesanais e pequenos lojistas. Conhecidos como *sans-culottes*, foram os mais combativos participantes do processo revolucionário.
- os trabalhadores rurais ou camponeses representavam oitenta por cento da população francesa, e esse grupo era composto por pequenos proprietários, arrendatários, assalariados e servos. O Terceiro Estado, oprimido pela crise e pelos privilégios do clero e da nobreza, gerou e manifestou a insatisfação social que tornou a conjuntura francesa potencialmente revolucionária.
- A crise financeira foi determinada pelo crescente déficit público, resultante dos gastos reais (corte – luxo) e da participação constante em conflitos, como, por exemplo, a Guerra dos Sete Anos e a Independência dos EUA.
- A crise econômica agravou-se devido aos problemas climáticos que geraram alta de preços (inflação), empobrecendo os trabalhadores do campo e da cidade, como também ameaçando os interesses da burguesia francesa.
- No plano político, o governo absolutista dos últimos reis Bourbons, Luís XV e Luís XVI, mostrava-se insensível ao quadro de crise, miséria e fome que abalava a maior parte da população francesa.
- Ao mesmo tempo, as idéias iluministas forneciam a base ideológica para direcionar as insatisfações do Terceiro Estado ao processo da revolução que derrubaria os vestígios feudais e permitiria à burguesia o poder político e o desenvolvimento capitalista.



2. O Processo

Em função do quadro de agravamento da crise econômico-financeira, o rei Luís XVI, por influência de seu ministro Necker, decidiu estender ao clero e à nobreza a cobrança de impostos. Para anunciar a nova proposta de ampliação da arrecadação de impostos ao Primeiro e Segundo Estados, o rei convocou a Assembléia dos Notáveis, em 1787, sem, contudo, conseguir atingir seu intento, pois as ordens privilegiadas reagiram imediatamente à perda da isenção de impostos. Essa reação ficou conhecida como Revolta Aristocrática ou dos Notáveis (1787-1789). Esse movimento, de caráter claramente reacionário e conservador, teve um papel pré-revolucionário, pois levaria o Terceiro Estado ao início propriamente dito do processo revolucionário.

Em função da negativa do clero e da nobreza em ceder seus privilégios, Luís XVI convocou os Estados Gerais, assembléia que reunia os representantes das três ordens sociais, e que, desde 1614, não era convocada. Nos

Estados Gerais, por tradição, cada uma das ordens sociais dispunha de um terço de representantes, porém, próximo à convocação, o Terceiro Estado conseguiu uma importante vitória: o número de representantes do povo seria igual ao número de representantes do clero e da nobreza juntos.

No dia 5 de maio de 1789, no palácio de Versalhes, reuniram-se os Estados Gerais. Nessa reunião, uma nova questão emperrou a Assembléia: os representantes do Terceiro Estado exigiram a forma individual de votação, pois contavam com o apoio de alguns setores do clero e da nobreza liberal. Com isso, os dois primeiros estados (clero e nobreza) exigiram a votação por ordem. No dia 17 de junho, o Terceiro Estado, apoiado por alguns setores progressistas do clero e da nobreza, retirou-se dos Estados Gerais e foi proclamada uma Assembléia Nacional. Posteriormente, o rei foi obrigado a ceder, pois, com a adesão de representantes do clero e da nobreza, a assembléia passou a ser nacional e constituinte.



O rei ainda tentou um golpe contra a Constituinte, mas o povo, liderado pela burguesia, organizou a resistência e, a 14 de julho, tomou a Bastilha, prisão considerada símbolo do absolutismo. Iniciava-se a tomada do poder pela burguesia.

3. Assembléia Nacional Constituinte (1789-1791)

Nessa fase, a revolução estendeu-se ao campo, com muita violência, onde os trabalhadores rurais saqueavam as propriedades feudais e invadiam os cartórios para queimar os títulos de propriedade das terras pertencentes à nobreza.

No dia 4 de agosto, a Assembléia Constituinte aprovou a abolição dos direitos feudais. Ainda em agosto, com a finalidade de aliviar as pressões da massa, foi feita a Declaração dos Direitos do Homem, inspirada na Independência dos EUA e nos princípios iluministas.

O rei Luís XVI recusou-se a promulgar as leis aprovadas pela Assembléia Constituinte, levando a massa a promover levantes em Paris, conhecidos como as "Jornadas de Outubro". Esses acontecimentos culminaram com a invasão do Palácio de Versalhes, obrigando o rei a morar em Paris, no Palácio das Tulherias.

Em 1790, foi aprovada a Constituição civil do clero, o que promovia a submissão da Igreja ao Estado e o confisco dos bens do clero.

4. Monarquia Constitucional (1791-1792)

Em 1791, teve início a fase denominada monarquia constitucional, em que o rei perdeu seus poderes absolutos, os vestígios feudais foram derrubados, os bens do clero nacionalizados, houve a instituição civil do clero e o reconhecimento da igualdade civil.

A Constituição promulgada tinha como características principais: a adoção da monarquia parlamentar, o voto censitário e a transformação da Assembléia Constituinte em Legislativa.

Nessa fase, os emigrados franceses, apoiados secretamente pelo rei Luís XVI e liderados pelo Duque de Brunswick, invadiram a França. Com isso, os partidos mais radicais, como, por exemplo, os jacobinos, uniram-se e conduziram a revolução para o radicalismo. O povo armado assaltou os castelos e as prisões, executando centenas de elementos considerados contra-revolucionários. Era o massacre de outubro. Acusado de traição, o rei Luís XVI foi preso e ameaçado de deposição.

No dia 20 de setembro de 1792, após vencer a coligação austro-prussiana, os revolucionários proclamaram a República.

5. Convenção Nacional (1792-1795)

Nessa fase, foi eleita uma nova assembléia, denominada Convenção Nacional, que teria por função principal elaborar uma nova Constituição para a França. Ao mesmo tempo, a Convenção deveria julgar o rei Luís XVI.

Com o estabelecimento da nova assembléia, ficou nítida a divisão entre os revolucionários.

A Gironda era formada por membros da alta burguesia que, temendo a radicalização do processo revolucionário, defendiam o monarca.

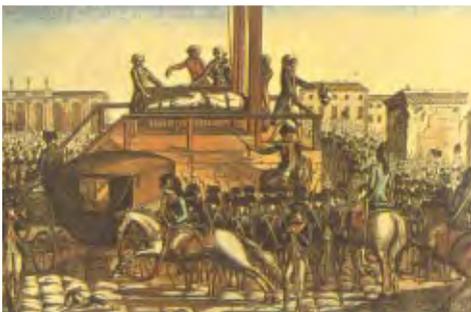
A Montanha era composta por pessoas que se colocavam ao lado dos interesses da massa popular, optando por soluções radicais. Dentro desse grupo, os jacobinos, liderados por Robespierre, Danton e Marat, foram predominantes.

A Planície, apesar de constituir a maioria, foi marcada por uma posição de centro, ora tendendo para direita (Gironda), ora para a esquerda (Montanha).

Por fim, a 21 de janeiro de 1793, com a execução do rei, a Montanha passou a liderar o processo da revolução.

Nesse mesmo ano, foi promulgada a Constituição do ano I, que legitimou a República e o voto universal masculino. Foi eleita uma nova Convenção, que, inicialmente, teve predomínio dos girondinos. Foram organizados os Comitês de Segurança Nacional, de Salvação Pública e o Tribunal Revolucionário.

Nesse período, as crises interna e externa agravaram-se. Internamente, houve a crise de abastecimento e a eclosão da revolta de Vendéia, movimento liderado pelos realistas ou restauradores da monarquia deposta. No plano externo, a guerra contra a coligação inglesa, holandesa e do Santo Império, que temia a expansão dos ideais revolucionários, criou uma conjuntura caótica e propícia à radicalização.



A execução de Luís XVI na guilhotina abalou a Europa absolutista.

A FRANÇA EM PERIGO



Após a deflagração da revolução, 1789, a França foi atacada de todos os lados pelos países vizinhos.

Marat, liderando o Tribunal Revolucionário, mandou guilhotinar vários girondinos, sendo, por isso, assassinado por Charlotte Corday. A reação dos jacobinos à morte de um de seus mais atuantes líderes não tardou. Estabelecendo uma verdadeira ditadura revolucionária, de caráter popular, com Robespierre no comando, o extremismo tomou conta da revolução. Muitos nobres e girondinos foram guilhotinados nessa fase. Da rainha Maria Antonieta ao químico Lavoisier, os exemplos foram muitos.

A fase ou Período do Terror, contudo, não deve ser vista somente por seu radicalismo. Foi também uma fase de profundas transformações sócio-políticas. Dentre essas realizações, podem-se citar: abolição da escravatura nas colônias francesas; tabelamento dos preços (Lei do Máximo); ensino público e obrigatório; adoção do sistema decimal; e introdução do calendário revolucionário baseado nos ciclos agrícolas e da natureza.

Em julho de 1794, a alta burguesia deu um golpe de Estado, aprisionando e levando à guilhotina Robespierre e vários representantes do Partido Jacobino.

Os girondinos retornavam ao poder por intermédio da Reação Termidoriana.

6. A Fase do Diretório (1795-1799)

No ano de 1795, foi promulgada a Constituição do Ano III, que estabelecia um novo regime de governo, o Diretório, e fazia retornar o voto censitário. O poder executivo era exercido por um conselho de cinco membros, totalmente dominado pela alta burguesia (Gironda).

Essa fase foi marcada por grave crise econômico-financeira, corrupção administrativa, revoltas internas, como a que foi liderada por Graco Babeuf (Conjura dos Iguais), e manutenção das guerras externas.

Para reorganizar a economia francesa, a burguesia precisava de paz e de estabilidade política. Para tal, os próprios membros do Diretório prepararam as condições para o golpe do 18 Brumário, que levou Napoleão Bonaparte ao poder e, conseqüentemente, à consolidação burguesa.



Exercícios Resolvidos

01. Sobre a França às vésperas da Revolução Francesa responda às questões abaixo.

- Como se dividia a sociedade francesa no final do século XVIII?
- Qual era a diferença mais notável entre o Primeiro Estado (clero) e o Segundo Estado (nobreza) em relação ao Terceiro Estado?
- Caracterize a situação econômica da França pré-revolucionária.

Resposta

- Primeiro Estado (clero), Segundo Estado (nobreza) e Terceiro Estado (burguesia e trabalhadores).*
- A nobreza e o clero eram camadas privilegiadas, isentas do pagamento de impostos, enquanto o Terceiro Estado pagava todos os impostos que garantiam os privilégios dos nobres e clérigos, sem usufruí-los.*
- A França, um país basicamente agrícola, havia sofrido secas e inundações que prejudicaram o abastecimento; o Estado, interferindo na economia, prejudicou a indústria ao assinar tratados desvantajosos com a Inglaterra; além disso, fizeram-se grandes gastos, devido à participação da França na Guerra dos Sete Anos e na Guerra de Independência dos Estados Unidos.*

02. O que eram os Estados Gerais?

Resposta

Os Estados Gerais eram uma assembleia formada por representantes do clero, da nobreza e do Terceiro Estado, na qual cada um deles tinha direito a um voto.

03. Sobre o processo revolucionário e suas principais etapas, responda às questões abaixo.

- Cite as principais medidas tomadas pela Assembleia Nacional Constituinte.
- Que grupos políticos predominaram na convenção nacional?

Resposta

a) Aprovação do fim dos direitos feudais e formulação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, transferência dos bens do clero para o tesouro público, estabelecimento da Constituição Civil do Clero, aprovação da Primeira Constituição Francesa em que se estabelecia a monarquia constitucional.

b) Os girondinos, compostos por membros da alta burguesia; os jacobinos, representantes da pequena e média burguesia; os grupos da planície ou do pântano, também da alta burguesia.

04. Qual partido assumiu a liderança da Convenção Nacional? E quais as conseqüências desse fato na Revolução?

Resposta

Os jacobinos dominaram a Convenção e criaram o Comitê de Salvação Pública, que deliberou uma série de medidas populares ao mesmo tempo em que desencadeou uma perseguição aos contra-revolucionários, iniciando o sanguinário período de terror.

05. Sobre a contra-revolução burguesa, responda às questões abaixo.

- O que foi o golpe de 9 Termidor?
- Qual a conseqüência imediata do governo chamado de Diretório?

Resposta

a) Foi um golpe liderado pelos girondinos e pelo grupo do pântano que derrubou Robespierre, o líder dos jacobinos, e o governo da Convenção, dando início ao período do Diretório.

b) A fase do Diretório encerrou com o Golpe de 18 Brumário, liderado por Napoleão Bonaparte e tramado por setores da burguesia, insatisfeitos com a atuação do Diretório.

Capítulo 02. Era Napoleônica e Congresso de Viena

É de fundamental importância salientar que o período marcado pela liderança de Napoleão Bonaparte não significou o término do processo histórico da Revolução Francesa, mas sim, a consolidação dos interesses e das conquistas da burguesia francesa revolucionária.

Podemos dividir o Período Napoleônico em três fases: o Consulado (1799-1804), o Império (1804-1815) e os Cem Dias (1815).

1. O Consulado (1799-1804)

Este período foi marcado pela busca da estabilização do poder na França e, principalmente, pelo processo de desenvolvimento econômico da burguesia francesa, em muito, facilitado pelas medidas tomadas pelo seu líder, Napoleão Bonaparte.

Por volta do primeiro mês, após o golpe do 18 Brumário, organizou-se na França um plebiscito que legitimou o novo regime de governo baseado no Consulado e na Constituição do ano VIII.

No Consulado, o poder executivo seria exercido, em teoria, por um triunvirato de cônsules, mas, na prática, o poder era concentrado nas mãos do primeiro cônsul. Para esse posto foi eleito Napoleão Bonaparte, com um mandato previsto para dez anos; posteriormente, por um novo plebiscito, esse mandato seria estendido vitaliciamente.

O período do Consulado caracterizou-se pela organização administrativa do Estado francês. Podem-se destacar como iniciativas dessa fase:

- fundação do Banco da França;
- organização do ensino secundário;
- promulgação de um código civil;
- assinatura da Concordata com a Igreja.

Do ponto de vista econômico, Napoleão Bonaparte concentrou seus esforços para dar à burguesia francesa os estímulos e a infraestrutura necessários para o seu desenvolvi-

mento, destacando-se:

- nova política tributária;
- combate ao desemprego através de frentes de trabalho em obras públicas;
- proibição das greves;
- construção de estradas, modernização dos portos, drenagem de pântanos;
- dinamização do comércio interno e externo.

No ano de 1804, contando com o apoio irrestrito da burguesia francesa, Napoleão Bonaparte promoveu a realização de um novo plebiscito, tornando-se imperador.

2. O Império (1804-1815)



Napoleão, imperador dos franceses

Nesse período, Napoleão Bonaparte pôs em prática uma política expansionista, que culminou com a dominação de praticamente toda a Europa. O imperialismo napoleônico objetivou, em essência, possibilitar à burguesia francesa os mercados consumidores de que necessitava para decolar o comércio e, principalmente, a indústria francesa.

Portanto, podemos salientar que o período imperial napoleônico foi marcado por uma série de conflitos diplomáticos e guerras que envolveram a maior parte dos países europeus, em geral, contra a Inglaterra, que, em-



bora estivesse fundamentada em um regime de caráter liberal-burguês, via na França uma grande concorrente continental aos seus produtos industrializados. Os demais países, que organizaram várias coligações contra o império napoleônico, eram monarquias absolutistas temerosas dos reflexos mais gerais da Revolução Francesa e dos ideais iluministas. Dessa maneira, por fatores de ordem econômica ou política, Napoleão Bonaparte estava rodeado de adversários.

O primeiro confronto das forças napoleônicas deu-se contra a terceira coligação, formada no ano de 1805 pela Inglaterra, Rússia e Áustria. Contando com o apoio da Espanha, arquiinimiga britânica, a marinha francesa tentou invadir a Inglaterra. Contudo, foi detida na Batalha de Trafalgar pelo legendário Almirante Nelson.

Nesse mesmo ano, Napoleão e seus exércitos demonstraram o poderio terrestre francês ao vencerem os exércitos da Áustria, Rússia e da Prússia na Batalha de Austerlitz. Napoleão Bonaparte, após essa vitória, extingue o Sacro Império Romano-Germânico, criando em seu lugar a Confederação do Reno, que permaneceu sob a tutela da França.

No ano de 1806, Napoleão voltou a vencer a Prússia na Batalha de Iena, e os russos foram derrotados em Friedland.

Seguindo sua política de dominar a Europa e promover o isolamento da Inglaterra, após invadir Berlim, assinou o tratado que decretou o **Bloqueio Continental**, em que proibia aos países europeus o comércio com os ingleses no continente, agora dominado pela França.

No ano de 1807, com o intuito de consolidar seus interesses na península Ibérica, realizou com a Espanha o Tratado de Fontainebleau e promoveu a invasão de Portugal, o que resultou na vinda da família real para o Brasil. No ano seguinte, invadiu a Espanha, onde a resistência popular crescia contra o imperialismo napoleônico.

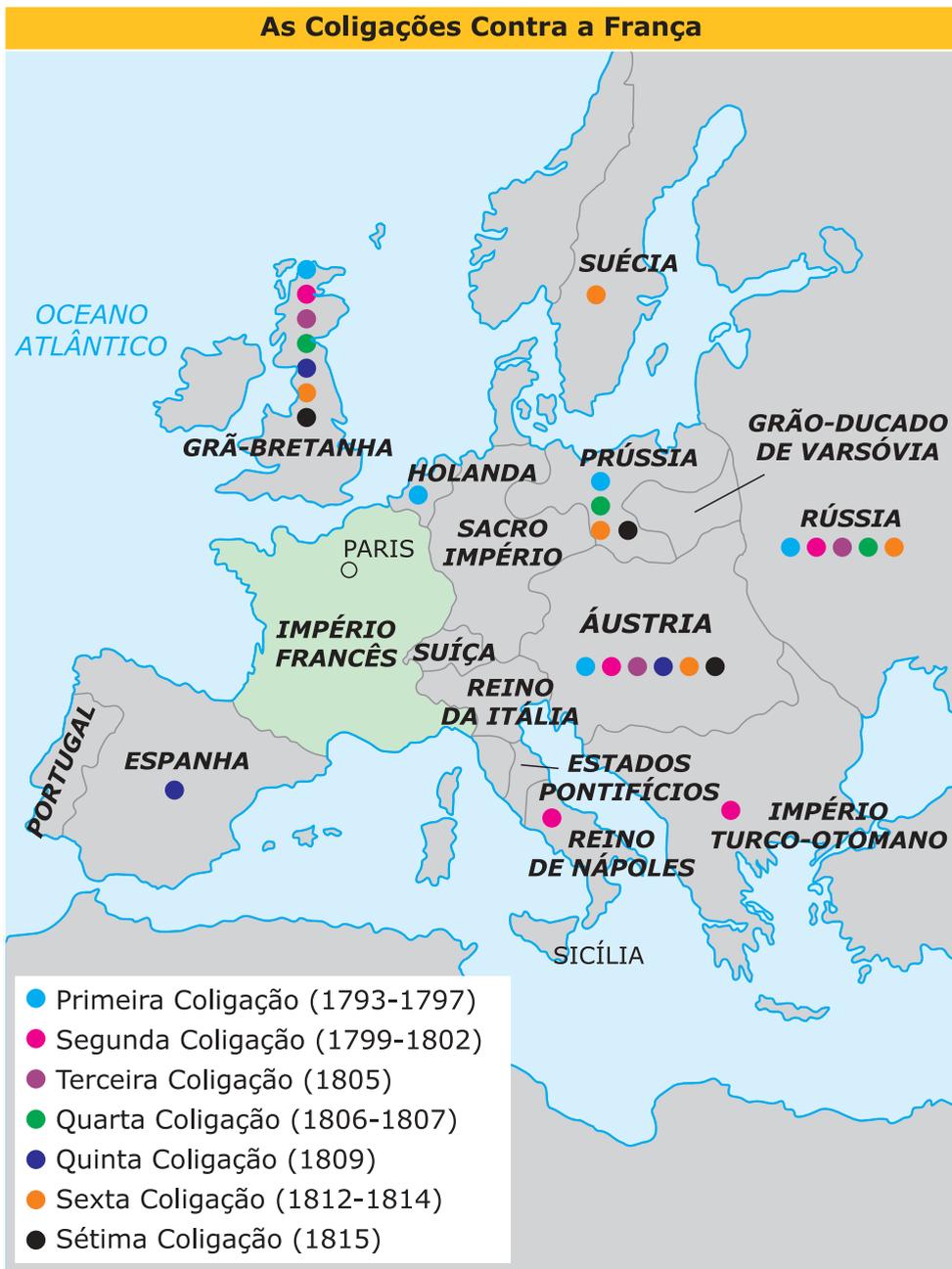
Em 1809, Napoleão consolidou seus interesses na península Itálica ao promover a anexação dos Estados Pontifícios.

De 1810 a 1812, o poderio francês na Europa era indiscutível. Em 1812, foi iniciada a campanha da Rússia. Nesse mesmo período, os espanhóis reafirmaram sua resistência e soberania com revoltas de cunho popular que resultaram em vitórias sobre os franceses. A campanha da Rússia, na qual Napoleão se defrontou não só com forças lideradas por Kutzov, mas também, com uma vigorosa reação popular e um inverno rigoroso, resultou num grande fracasso militar e moral para Napoleão e seus exércitos.

A partir do ano de 1813, os inimigos de Napoleão buscaram a ofensiva. Na Batalha de Leipzig, a coligação de exércitos da Áustria, da Prússia e da Rússia derrotaram as forças francesas.

No início de 1814, liderados pelo czar Alexandre I, os exércitos coligados invadiram a França, chegando a Paris ao final de março do referido ano.

Napoleão Bonaparte foi obrigado a abdicar, sendo levado para o exílio na pequena ilha de Elba, no Mediterrâneo. Os Bourbon, na pessoa de Luís XVIII, com o auxílio das tropas coligadas, foram reconduzidos ao trono francês.





3. Os Cem Dias (1815)

Contudo, não foi muito prolongado o exílio de Napoleão Bonaparte. Após conseguir fugir de Elba, desembarcou na França e tomou o poder com o apoio de seus fiéis seguidores.

Sob a liderança da Inglaterra, a Prússia, a Áustria e a Rússia formaram uma nova coligação. Comandadas pelo General Wellington, derrotaram as tropas napoleônicas em definitivo na Batalha de Waterloo, na Bélgica. Napoleão foi feito prisioneiro e deportado para a ilha de Santa Helena, onde veio a falecer em 1821.

Com isso, apoiado nos exércitos coligados e no **Congresso de Viena**, Luís XVIII teve seu poder restaurado.

4. O Congresso de Viena

4.1. Conjuntura

Logo em seguida à derrota de Napoleão Bonaparte, as monarquias européias, representadas por seus ministros, reuniram-se no Congresso de Viena (1814-1815), com a finalidade principal de estabelecer a paz e a reorganização de um novo mapa político da Europa, cujas fronteiras haviam sido bastante alteradas com as conquistas napoleônicas.

Os conflitos de interesses e as disputas entre os representantes das nações vencedoras facilitaram o trabalho do ministro francês, Talleyrand. Segundo o princípio da legitimidade, as nações européias voltariam aos limites geográficos anteriores à Revolução Francesa, como também seriam restauradas as mesmas dinastias do Antigo Regime.

Dessa forma, Talleyrand, com sua diplomacia, livrou a França de duas ameaças: o retalhamento e a perda de territórios e a ocupação por exércitos coligados.

Por iniciativa do czar Alexandre I, a Rússia, a Áustria e a Prússia firmaram um tratado de ajuda mútua e contra-revolucionário conhecido como **Santa Aliança**. Posteriormente, esse organismo teve a adesão de outras nações européias.

O representante austríaco, príncipe Metternich, defendeu o direito de intervenção. De acordo com esse princípio, a Santa Aliança teria o direito de intervir nos países onde ocorressem revoluções de caráter liberal e movimentos coloniais de emancipação política. Com isso, a Santa Aliança constituiu-se numa instituição mantenedora do absolutismo na Europa, numa época de grande expansão dos ideais de liberdade e independência (Doutrina Monroe).

Congresso De Viena – Divisão Da Europa



4.2. Mudanças Políticas Promovidas pelo Congresso de Viena

- Fim do Sacro Império Romano-Germânico, com a formação de 39 pequenos estados alemães, que passaram a se reunir na Confederação Germânica, presidida pela Áustria e pela Prússia.
- Fim da independência da Bélgica, anexada à Holanda.
- A Rússia ganha a Finlândia, parte da Polônia e a Bessarábia.
- A Inglaterra obtém vantagens econômicas e militares, consolidando sua hegemonia marítima e o domínio de pontos estratégicos (Malta, Gibraltar, ilhas Jônicas, Cabo, Ceilão, Santa Lúcia, Trinidad e Tobago, Guiana).
- A Prússia anexou a Pomerânia e parte da região do rio Reno.
- Ficou garantida à Áustria influência política no reino lombardo-veneziano e nos ducados de Módena, Parma e Toscana, na Itália.
- A Noruega permaneceu submetida à Suécia.
- O sistema de relações européias, a partir de 1815, ficou estabelecido segundo dois sistemas: o da Santa Aliança, dominado pela Rússia, e o da Quádrupla Aliança, influenciado pela Inglaterra.

Exercícios Resolvidos

01. Sobre o Período Napoleônico (1799-1815), responda às questões abaixo.

a) Descreva as condições que permitiram a Napoleão chegar ao poder. Que tipo de regime ele implantou?

b) O que foi o Bloqueio Continental?

Resposta

a) *Em 1799, a França atravessava um período caótico e estava na iminência de uma guerra civil, com comércio e indústria arruinados, portos destruídos, perseguições contra religiosos, fuga de parte da população com medo de confisco de bens. Napoleão dissolveu a Assembléia e implantou o Consulado, na verdade uma ditadura disfarçada. Em 1804, finalmente, ele assumiu o título de imperador.*

b) *O Bloqueio Continental foi o fechamento de todos os portos da Europa para o comércio com a Inglaterra. Essa medida foi imposta por Napoleão Bonaparte para enfraquecer a nação inglesa.*

02. Como você explica o espírito conservador, antiliberal, que caracterizou o Congresso de Viena (1814-1815)?

Resposta

O Congresso de Viena, liderado pelas nações européias vitoriosas na luta contra o Império Napoleônico, foi uma reação à revolução burguesa, com suas idéias liberais disseminadas por Napoleão.

03. O que era e com que finalidade foi criada a Santa Aliança?

Resposta

A Santa Aliança foi um acordo de ajuda mútua assinado entre a Rússia, a Áustria e a Prússia. A finalidade do acordo era preservar a Europa e suas colônias contra os movimentos de caráter revolucionário e liberal, surgidos após a queda de Napoleão Bonaparte.

Capítulo 03. A Independência da América Espanhola

O processo de independência da América espanhola refletiu a conjuntura histórica pela qual passava o mundo Ocidental, na primeira metade do século XIX. A Revolução Industrial, na Inglaterra, fez com que a política econômica do mercantilismo começasse a ser substituída por outra de cunho liberal e individualista, representada pela fase industrial do modo de produção capitalista. As idéias liberais do Iluminismo, a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa forneceram a ideologia à emancipação das colônias ibéricas. As guerras napoleônicas desarticularam o sistema administrativo e repressivo das metrópoles ibéricas sobre suas colônias, facilitando dessa forma a propagação das idéias e da ação libertadora. Assim, podemos dizer que o fator primordial desse processo é a passagem do capitalismo comercial, baseado no mercantilismo e no Pacto Colonial, para o capitalismo industrial baseado no liberalismo.

1. A Sociedade Colonial

Os brancos eram formados por 300 mil espanhóis e três milhões dos chamados *criollos*, que eram filhos de brancos nascidos na América. Os espanhóis, também chamados pejorativamente de *gachupines*, *godos* ou *chapetones*, constituíam a classe dominante, predominando na administração e na política do alto clero e nas grandes empresas favorecidas pela política mercantilista da metrópole.

Os *criollos* tinham grande importância na vida econômica colonial. Eram eles que possuíam e administravam as grandes fazendas, minas e exerciam as profissões liberais. Ainda que tivessem importância na economia, apresentavam-se numa nítida situação de inferioridade frente aos espanhóis, pois não tinham acesso à política e à administração.



La Pola (Policarpa Salavarrieta), revolucionária e heroína da independência colombiana, é levada à execução, condenada pela Espanha, em 14 de novembro de 1817.

Nessa situação de inferioridade social e política em que se encontravam os *criollos*, semelhante à da burguesia francesa antes de 1789, podemos encontrar um dos fatores mais importantes da luta pela independência.

Na hierarquia social da América espanhola, logo depois dos brancos vinham os mestiços, que eram principalmente pequenos artesãos e comerciantes do varejo. Superior a cinco milhões, eram bastante inferiorizados socialmente. O historiador Pierre Chaunu nos diz que 95% dessa camada era constituída por filhos ilegítimos.

Depois dos mestiços, situavam-se os índios que constituíam o grupo mais numeroso da América espanhola. Sendo um pouco mais de sete milhões de pessoas, os índios trabalhavam nas minas e nas fazendas que pertenciam aos *criollos*. Para eles, o espanhol aparecia como o dominador um tanto longínquo, enquanto o

criollo era o explorador mais próximo. A partir dessa situação, frente ao movimento de independência, essa camada índia tendeu a assumir posições bastante radicais, tentando acabar com a dominação espanhola, mas tentando também criar uma sociedade em que fosse suprimida a exploração *criolla*.

Quanto aos negros, eles eram 800 mil, vivendo especialmente na América Central e no Peru, estavam submetidos à escravidão. Seu papel foi de reduzida importância no processo da independência, com exceção dos negros do Haiti.

2. Reação ao Sistema Colonial

Nas colônias espanholas, os *criollos* sentiam-se prejudicados por verem todos os

postos administrativos importantes nas mãos dos *chapetones*, isto é, dos espanhóis. O descontentamento contra a ordem econômica aumentava à medida que a conscientização política das colônias se desenvolvia contra a opressão da metrópole. O mercantilismo procurava defender o desenvolvimento da metrópole às custas da exploração das riquezas das colônias, e perdê-las significava a ruína. Por isso, o regime endurecia e provocava maiores descontentamentos, como a Rebelião dos Comuneros em 1730, no Paraguai, a Revolta de Túpac Amaru em 1780, no Peru, e também a Inconfidência Mineira no Brasil, em 1789.



A gravura mostra San Martín vencendo os espanhóis na batalha de Chacabuco, em 12 de fevereiro de 1817, possibilitando a libertação do Chile. (Géricault, Museu Militar, Callao, 1821)

Com a invasão da Espanha por Napoleão Bonaparte e a conseqüente destituição dos Borbouns, romperam-se os frágeis laços que ligavam a metrópole às colô-

nias e formaram-se as juntas governativas, em substituição aos órgãos metropolitanos extintos pela ocupação francesa na Espanha.

Entretanto, os primeiros movimentos pela independência foram derrotados pelas forças espanholas acantonadas na América. Com a derrota definitiva de Napoleão no ano de 1815, a Inglaterra passou a ajudar as colônias nas guerras pela independência, interessada na abertura do mercado consumidor que representava a América espanhola aos seus produtos manufaturados.

A Argentina, que havia conseguido se manter independente desde 1811, conso-

lidou a sua independência no Congresso de Tucumã, em 1816. Mas os espanhóis continuavam a representar uma ameaça, já que ainda ocupavam o Chile e a Bolívia.

Para ajudar os patriotas desses países, foi organizado o Exército dos Andes sob o comando do argentino José de San Martín. Após atravessar a cordilheira dos Andes, San Martín uniu-se às forças chilenas comandadas por Bernardo O'Higgins e conseguiram derrotar os espanhóis.



San Martín, acompanhado de oficiais ingleses, proclama a independência do Peru, em 28 de julho de 1821, em Lima. Simón Bolívar não gostou nem um pouco da petulante presença inglesa. (Museu da História, Lima)

Enquanto isso, ao norte, Simón Bolívar libertava a Venezuela, a Colômbia e o Equador. O último grande baluarte do domínio espanhol na América do Sul era o Peru que foi libertado pela união das forças de Bolívar, vindas do norte, com os exércitos de San Martín, vindos do sul.

No México, haviam fracassado duas tentativas de independência: a primeira em

1810, por meio de uma grande rebelião indígena, conhecida como "O Grito de Dolores", liderada pelo padre Miguel Hidalgo; a segunda, em 1813, na verdade uma continuação da rebelião do padre Hidalgo, chefiada pelo padre Morellos, que reuniu o Congresso de Chilpancingo em que chegou a proclamar a independência.

INDEPENDÊNCIAS LATINO-AMERICANAS



Datas das independências das colônias espanholas

Depois do fracasso dessas duas rebeliões, o general Itúrbide, que chefiava a repressão espanhola, voltou-se contra os espanhóis e proclamou a independência do México em 1822, entrando em acordo com a aristocracia rural mexicana por meio do Plano de Iguala,

sagrando-se Imperador do México. Logo depois, Itúrbide foi deposto por uma rebelião liderada pelo general Sant'Anna, que proclamou a República.

Na América Central, a luta pela independência prosseguiu pela década de 1820, formando-se ali a República Unida da América Central, que teve curta duração, pois se fragmentou logo depois em uma série de pequenos países.

Nos fins da década de 1820, restavam apenas Cuba e Porto Rico, do imenso império colonial espanhol.

3. O Congresso do Panamá e a Fragmentação

Não obstante os esforços de Simón Bolívar, a América espanhola independente fragmentou-se numa série de países dominados pelas grandes famílias *criollas* locais, o que daria origem ao fenômeno do caudilhismo.

Essa fragmentação foi decidida no Congresso do Panamá, em 1826, apesar dos protestos de Simón Bolívar. Os fatores da fragmentação política e geográfica foram, principalmente: a reduzida população; a divisão administrativa criada pelos espanhóis; as diversidades econômicas; os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos e, principalmente, da Inglaterra, para quem a divisão facilitaria o domínio dessas pequenas, fracas e jovens nações.

Exercícios Resolvidos

01. (FGV-SP) A importância das Juntas Governativas no processo de independência das colônias hispano-americanas está em que:

a) serviram de intermediárias nas negociações entre a Coroa e os *criollos*.

b) foram nomeadas por José Bonaparte com o fito de ajudar os separatistas quando este percebeu que não poderia se manter no poder.

c) foram formadas por franceses e ingleses que, por não conhecerem os costumes locais, causaram grandes antipatias.

d) foram organizadas pelos colonos e foram passando para o controle dos que lutavam pela independência.

e) foram formadas por administradores franceses de cultura enciclopedista e liberal que difundiram os seus ideais.

Resposta: D

02. (Fuvest-SP) A Inglaterra apoiou os movimentos de independência da América espanhola no século XIX porque queria:

a) implantar na América as idéias liberais expressas por Locke.

b) abrir mercados consumidores para sua crescente produção industrial.

c) fazer cumprir os princípios intervencionistas estabelecidos pela Santa Aliança.

d) auxílio militar das colônias espanholas contra Napoleão.

e) dominar o tráfico de escravos para a América.

Resposta: B

Capítulo 04. Ideologias e Nacionalismos

1. Liberalismo

Os fundamentos do liberalismo tiveram sua origem ligada ao pensamento iluminista. Condenavam a política econômica mercantil e afirmavam os princípios burgueses: propriedade privada, individualismo econômico, liberdade de comércio e produção, respeito às leis naturais da economia, liberdade de contrato de trabalho (salários e jornadas) sem o intervencionismo do Estado ou pressões sindicais.

Tendo sido lançados pelos fisiocratas franceses, os princípios do pensamento liberal tiveram em Adam Smith, com sua obra *A Riqueza das nações*, sua definição teórica.

Segundo Smith, a divisão do trabalho passava a ser um elemento fundamental para o crescimento da produção e do mercado, e sua prática estava atrelada à livre concorrência, que forçaria o empresário a ampliar a produção, buscando novas técnicas, melhorando a qualidade dos produtos e baixando seus custos de produção. Com a baixa no custo final dos produtos, era favorecida a lei natural da oferta e da procura, permitindo com isso um resultado econômico global de desenvolvimento e lucratividade. De acordo com Smith, não seria tarefa do Estado intervir na economia, devendo este apenas zelar pela ordem e propriedade privada.

Outro pensador da "Escola Clássica", mas tido como pessimista em relação ao otimismo de Adam Smith, foi Robert Malthus. Este procurou demonstrar que o crescimento da população se efetiva mais rapidamente (PG) que o da produção (PA), implicando essa defasagem no aparecimento da fome, vícios e miséria. Para conter tais problemas, propôs idéias de controle e organização do crescimento populacional e do desemprego resultantes da Revolução Industrial.

Com base no princípio do valor-trabalho, isto é, o de que uma mercadoria vale alguma coisa porque há um trabalho nela embutido, outro economista liberal, David Ricardo, defendeu a teoria da **lei férrea dos salários**, pela qual haveria um limite natural para o preço da oferta de trabalho, o qual deveria rigidamente equivaler à subsistência do trabalhador.



O pensador econômico liberal, Adam Smith

1.1. A Revolução de 1830 (França)

De acordo com o princípio da legitimidade, após a derrota de Napoleão, em Waterloo, Luís XVIII regressou ao poder, restaurando a dinastia dos Bourbons. Com uma nova Constituição, o poder Executivo ficou nas mãos do rei e o Legislativo era exercido por duas Câmaras, uma vitalícia, hereditária e nomeada pelo rei, outra eleita pelo voto censitário. Mas o Congresso de Viena e a Santa Aliança não obtiveram a restauração integral do Antigo Regime. Apesar da perseguição a revolucionários e bonapartistas, o pensamento liberal se propagou, impulsionado por novas relações de produção capitalista.

Com a morte de Luís XVIII, em 1824, subiu ao trono seu irmão e herdeiro, Carlos X, líder da facção ultra-realista, que defendia a restauração integral do Antigo Regime. Carlos X significava a reação conservadora e reacionária da Europa ao sistema montado por Metternich. Reimplantou o absolutismo, perseguiu duramente seus opositores e restaurou os privilégios do clero e da nobreza.

O crescimento da oposição liberal culminou na Revolução de 1830 ("Jornadas Gloriosas"), que provocou a derrubada de Carlos X e a ascensão de Luís Filipe de Orleans, o "rei burguês" ou o "rei-cidadão". A vitória dos liberais impulsionou o entusiasmo das nacionalidades que se sentiam prejudicadas pelas determinações do Congresso de Viena. Assim, com o auxílio inglês, em 1830, a Bélgica tornou-se Estado independente, libertando-se da tutela da Holanda; na Itália, sucederam agitações lideradas pelos carbonários e o rei das Duas Sicílias se submeteu a uma Constituição. Na Prússia, Portugal e Espanha, ocorreram movimentos constitucionais (liberais); na Polônia, um levante nacional foi abafado pelos russos; e, no Brasil, caiu o imperador Pedro I.

Essa onda liberal e nacionalista foi derrotada na Polônia, na Itália e na Alemanha, mas foi vitoriosa na Grécia e na Bélgica, como fora, anteriormente, na América Latina com as independências.

A "Monarquia de Julho", na França, foi liberal, porém longe de representar os anseios nacionais. O regime do rei burguês procurava conciliar duas tradições antagônicas: a burguesia revolucionária de 1789 e a nobreza realista. Mas, na França, a Revolução Industrial já começara a impor seus poderosos princípios. O socialismo (utópico, a princípio) surgia com uma visão nova que o mundo do trabalho (pequena burguesia e proletariado) possui da história. Os republicanos e os socialistas ganharam corpo e expressão política, como resultado

do processo de industrialização, a qual faz aumentar as inquietações sociais. Cidades industriais como Lyon e Paris assistiram a rebeliões em que o socialismo utópico e o republicanismo faziam frente comum contra o regime de Luís Filipe.

1.2. A Revolução na Europa

A Revolução de Julho marca o início, na Europa ocidental, da predominância da burguesia, com a instalação de monarquias constitucionais.

No mesmo ano de 1830, num movimento de caráter liberal, a Bélgica separou-se da Holanda, conquistando a sua independência, reconhecida em uma conferência realizada em Londres, em 1831.

Outro movimento, inspirado no exemplo francês, verificou-se na Polônia, dominada pelo czar Nicolau I da Rússia. Os rebeldes nacionalistas pediram ajuda à França e à Inglaterra, mas não foram atendidos, sendo o levante reprimido duramente pelo déspota russo.

Na Itália, organizaram-se governos liberais em Parma e Toscana, mas a Áustria interveio, sufocando os movimentos.

Em Portugal, D. Pedro IV, ex-imperador do Brasil sob o título de D. Pedro I, liderou um movimento liberal, apoiado por França e Inglaterra, e derrubou seu irmão D. Miguel, estabelecendo um regime constitucionalista.

Todos esses movimentos de 1830 foram importantes na difusão dos ideais democráticos e republicanos, além de marcar o fim da Santa Aliança e das intervenções austríacas (Metternich).

1.3. A Revolução de 1848 e a Segunda República (1848-1852)

Na França, em fevereiro de 1848, as massas populares revoltadas derrubaram o "rei burguês" e organizaram um governo provisório do qual faziam parte os socialistas, liderados por Louis Blanc (época do Socialismo Utópico). Os socialistas lutavam pela instalação das "oficinas nacionais" – empresas que ocupam os desempregados e funcionam com base na socialização dos lucros. A oposição burguesa a esse projeto era total. A instabilidade político-social se intensificava, explodindo no "massacre de Cavaignac", quando milhares de populares socialistas foram mortos pelas tropas do General Cavaignac. Em meio ao impasse e possibilidade de guerra civil, surgiu a candidatura de Luís Bonaparte à presidência. Sobrinho de Napoleão Bonaparte, cujo nome era carisma nacional, ele emergiu como elemento decisivo para superar a divisão do país. No final de 1848, Luís Bonaparte foi eleito presidente da Segunda República, governando até 1851, quando, por um golpe de Estado, transformou-se em ditador e, no ano seguinte, por meio de um plebiscito nacional, inaugurou o Segundo Império, sendo coroado com o título de Napoleão III.

Entre 1852 e 1870, transcorreu o II Império francês, marcado principalmente por uma política externa agressiva, como forma da união nacional, superando momentaneamente as contradições internas. Fez parte dessa política a anexação da Argélia, o estabelecimento de um protetorado na Indochina, a participação, ao lado da Inglaterra, na Guerra da Criméia, em apoio à Turquia e contra a Rússia, e o apoio aos italianos, na expulsão dos austríacos do norte da Itália.

Esse foi um período de rápida industrialização, construção de ferrovias e portos, modernização capitalista em todos os sentidos. Evidentemente, aguçaram-se as contradições e agitações sociais.

Em 1862, Napoleão III interveio no México. Enviou um exército para fundar um Império naquele país, derrubando o presidente Benito Juárez. O trono mexicano foi oferecido ao arquiduque austríaco Maximiliano de Habsburgo, que acabou fuzilado. O fracasso total dessa aventura fez Napoleão III sofrer sério desgaste político e militar.

No final de seu reinado, Napoleão III envolveu-se na guerra contra a Prússia, arquetizada habilidosamente por Bismarck, como forma de promover a unificação da Alemanha.

Com grande rapidez, os prussianos dominaram a França, e Napoleão III caiu como prisioneiro em Sedan. Com a derrota e desorganização geral, revolucionários anarquistas e marxistas proclamaram, em Paris, a "Comuna de Paris", enquanto, em Versalhes, Thiers proclamava a Terceira República, que duraria até 1940, quando a França foi invadida por Hitler.

A Comuna sobreviveu dois meses e foi massacrada pela reação francesa e pelos prussianos. Bismarck conseguiu a unificação alemã, inaugurando o II Reich. Ao mesmo tempo, impôs à França o humilhante Tratado de Frankfurt, pelo qual a Alemanha receberia regiões ricas em minérios: a Alsácia e a Lorena. O revanchismo francês que dali se originou cresceu e se transformou numa das principais causas da Primeira Grande Guerra (1914 – 1918).

1.4. A Repercussão na Europa

Mais uma vez os acontecimentos na França iriam repercutir por toda a Europa, agitando várias nações com os ideais liberais.

Na Hungria, por exemplo, proclamou-se uma república independente, mas esse movimento, chefiado por Luis Kossuth, foi esmagado pelo imperador Francisco José I. O mesmo destino teve uma tentativa dos tchecos de se libertarem do jugo austríaco.

Na Áustria, Metternich foi derrubado por uma revolução liberal. A burguesia austríaca conseguiu impor a Fernando I uma constituição que implantava o regime parlamentarista no país.

Como parte da Itália era dominada pela Áustria, quando caiu o governo de Metternich, o norte italiano levantou-se contra o domínio estrangeiro. Estruturou-se um movimento republicano, liderado por Giuseppe Mazzini, que fundou a organização "Jovem Itália", visando a unificar seu país, dividido em várias repúblicas e reinos.

Os austríacos acabaram, porém, com as pretensões italianas e impuseram seu domínio, exceto na região da Sardenha, que resistiu, mantendo em vigor uma Constituição.

O problema da unificação nacional também preocupava os alemães que, após vários movimentos, conseguiram estabelecer um parlamento em Frankfurt. Nesse parlamento, confirmou-se um setor favorável à Prússia, com a qual a Alemanha deveria unir-se, propondo-se essa questão a Guilherme IV que, primeiro, dissolveu o parlamento e, quando foi assumir o controle da Alemanha, unificando vários estados, foi pressionado pelos austríacos (Conferência de Olmutz – 1850) e a tentativa alemã de conseguir sua unidade foi frustrada.

As conseqüências imediatas desses movimentos – quase todos fracassados – teriam influência decisiva nos acontecimentos que, a seguir, culminariam com a unificação da Itália e a da Alemanha.

Exercícios Resolvidos

01. Sobre o liberalismo e seus princípios, responda às questões abaixo.

a) Quais os princípios e objetivos do liberalismo econômico?

b) Cite seus principais expoentes.

Resposta

a) *O liberalismo econômico defendia o capitalismo e considerava negativa a ação do Estado ao controlar a economia.*

b) *Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo.*

02. Sobre as revoluções liberais de 1830 na França e na Europa:

a) *descreva a conjuntura pré-revolucionária;*

b) *cite os principais fatores desencadeadores do processo revolucionário de 1830.*

Resposta

a) *Após a queda de Napoleão, a dinastia Bourbon voltou ao poder na França, primeiramente com Luís XVIII e depois com Carlos X. Ao procurar reinstalar o regime absolutista, Carlos X sofreu, em 1830, a reação da burguesia e do povo.*

b) *Os problemas climáticos enfraqueceram a agricultura, elevando o preço dos alimentos e tornando miseráveis milhões de pessoas. O alto custo de vida levou a uma queda de consumo, o que causou a ruína econômica de muitas empresas e o conseqüente aumento do desemprego. Nesse panorama de crise geral, a burguesia promoveu revoluções, a fim de mudar esse quadro.*

03. Qual o papel de Luís Bonaparte no processo revolucionário na França, em 1848?

Resposta

Luís Napoleão Bonaparte, eleito presidente da França em 1848, deu um golpe de Estado quatro anos depois de sua posse, com o qual extinguiu a República e instaurou o Império, tornando-se Napoleão III.

2. Socialismo

Juntamente com as grandes alterações conjunturais e estruturais nos planos econômico, político e social que marcaram a virada do século XVIII para o século XIX, originaram-se pensamentos e teorias que procuravam, por uma vertente, justificar e regulamentar a ordem burguesa estabelecida e, por outra, reformá-la ou condená-la. Dessa forma, tivemos a elaboração das doutrinas liberais e das teorias socialistas, inaugurando a história da ciência da economia política.



A crescente organização e reação operária aos resultados mais gerais da Revolução Industrial fizeram surgir críticos ao **capitalismo selvagem** que estava apoiado na exploração do capital sobre o trabalho. Buscando novas formulações sociais e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, surgiram os teóricos socialistas, que se dividiram em grupos distintos: os socialistas utópicos, os anarquistas e os socialistas científicos ou marxistas.

As primeiras idéias socialistas no final do século XVIII e início do século XIX, sobretudo na França e Inglaterra, constituíram o socialismo utópico, assim chamado por acreditar na possibilidade de alcançar uma organização social de caráter comunista sem a "luta de classes", através de reformas graduais e pacíficas. Os principais socialistas utópicos foram os franceses: conde Henrique de Saint-Simon (1760-1825), o filho de comerciante, Charles Fourier (1772-1837) e o inglês Robert Owen, artesão que viveu de 1771 a 1858 e conhecia em profundidade a situação do proletariado.

Os socialistas utópicos tiveram seguidores entre alguns dos principais líderes e organizadores de entidades trabalhistas e movimentos proletários, tais como Augusto Blanqui, Luís Blanc e Proudhon, o qual, por seu turno, deu uma importante contribuição para a elaboração das teses socialistas do seu tempo.

Por volta do final de 1848, o pensamento socialista adquiriu mais clareza e vigor nas suas formulações teóricas, tanto no que dizia respeito às críticas à burguesia vencedora e ao capitalismo selvagem dominante, como também às propostas de organização da sociedade comunista que deveria emergir, necessariamente, da "luta de classes" e da "ditadura do proletariado". Surgiu então o socialismo científico, cujos mais expressivos exemplos foram seus idealizadores: Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895).

Karl Marx e Friedrich Engels foram os teóricos e organizadores do movimento operário.

Os principais resultados de suas obras e atuações no plano revolucionário foram constatados historicamente apenas nos movimentos de libertação do século XX. Contudo, mesmo no século XIX, os dois pensadores alemães participaram da organização da "Liga Comunista" (1847) e acompanharam de perto os movimentos revolucionários europeus de 1848.

Por volta da segunda metade do século XIX, o socialismo científico, pela atuação de Marx e Engels, permitiu ao proletariado a organização da sua primeira associação internacional: a "Associação Internacional dos Trabalhadores" (I Internacional), fundada em Londres (1864).

Sem sombra de dúvida, a obra mais importante de Marx e a base do socialismo científico é *O capital*, em que faz a crítica ao capitalismo e à sociedade burguesa, como também estabelece os princípios básicos da análise marxista. Porém, historicamente, o "Manifesto Comunista" (1848), publicado por Marx e auxiliado por Engels, conclamando o proletariado à luta pelo socialismo, teve singular significado para os movimentos operários do século XIX, tal como a Comuna de Paris (1871).

Outra das correntes ideológicas de cunho socialista que surgiam no século XIX foi o anarquismo, que pregava a supressão de toda a forma de governo, defendendo a liberdade na sua plenitude. Entre seus fundadores, destaca-se Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). Em sua obra, *O que é a propriedade*, utilizou seus pressupostos de socialista utópico para elaborar a crítica ao capitalismo, enfatizando o respeito à pequena propriedade e propondo a organização de cooperativas e de instituições financeiras que concedessem empréstimos sem juros aos empreendimentos produtivos, como também crédito gratuito aos trabalhadores em geral. Ao propor a implantação de uma sociedade sem classes, livre da exploração selvagem do capital sobre o trabalho, alcançar-se-ia uma sociedade de homens livres e iguais. Proudhon propunha

também a destruição do Estado e o estabelecimento, no seu lugar, de uma República de Pequenos Proprietários, estabelecendo assim os princípios do anarquismo.

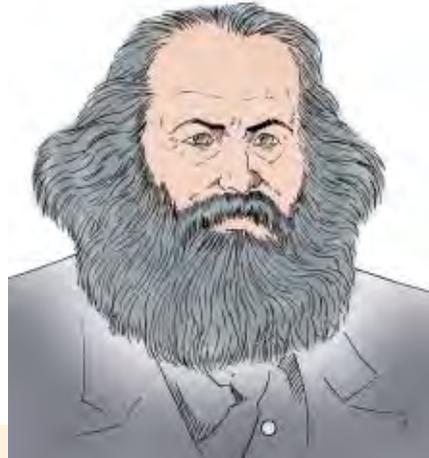
As idéias de Proudhon, apesar de terem um caráter, para muitos, reformista, influenciaram Leon Tolstói (1828-1910) e, em especial, Mikhail Bakunin (1814-1876), que se tornou o líder do anarquismo terrorista ao indicar a violência como o caminho para atingir a sociedade sem desigualdades e com a total abolição do Estado.

O anarquismo e o socialismo científico têm em comum o objetivo final: alcançar o comunismo, estágio em que se atingiria a sociedade sem classes e a supressão total da exploração e do Estado. Contudo, para os seguidores de Marx, antes desse estágio faz-se necessária uma etapa intermediária socialista em que o Estado, baseado numa "ditadura do proletariado", implantaria as medidas que, com o seu desenvolvimento, culminariam no comunismo. Por sua vez, para os anarquistas, ten-

do como objetivo central a derrubada em definitivo do Estado, das classes sociais, das tradições e instituições, o comunismo seria instalado, de imediato, pelas reformas ou revoluções.

A Igreja Católica, buscando não ficar marginalizada do movimento social, por intermédio de alguns setores mais progressistas, defendeu a existência de uma Igreja mais liberal, separada do Estado. Com isso, atraiu simpatizantes, em especial no meio burguês, inquietado pelo crescimento das organizações e movimentos proletários de caráter socialista.

O resultado foi o avanço da doutrina social da Igreja, que objetivava alcançar a justiça social por meio da solidariedade cristã. A encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, foi o maior exemplo desse novo posicionamento. Seguindo a mesma orientação acerca das questões sociais, destacaram-se Pio XI (*Quadragesimo Anno*), João XXIII (*Mater et Magistra*) e Paulo VI (*Populorum Progressio*).



Os pensadores socialistas Friedrich Engels (à esquerda) e Karl Marx

Exercícios Resolvidos

01. Qual a relação entre a Revolução Industrial e o surgimento do socialismo?

Resposta

As péssimas condições dos trabalhadores nas fábricas, a alta taxa de desemprego, a superpopulação das cidades levaram ao surgimento de teorias que defendiam os trabalhadores, atacando a burguesia e a sociedade capitalista.

02. É correto afirmar que o socialismo expressava os interesses do proletariado industrial? Justifique.

Resposta

O socialismo expressava os interesses do proletariado na medida em que realizava a crítica ao capitalismo e defendia sua substituição por uma sociedade fundamentada na propriedade social ou estatal dos meios de produção.

03. Resuma as principais idéias do socialismo científico?

Resposta

Segundo Marx e Engels, os conflitos entre explorados e exploradores, chamados luta de classes, são responsáveis pela evolução da sociedade. Para esses pensadores, os operários deveriam se organizar para derrubar a burguesia e a sociedade capitalista e instaurar o socialismo, que baniria a propriedade privada e as diferenças sociais. A próxima etapa seria o estabelecimento da sociedade comunista, onde não haveria governos, exércitos ou polícias.

3. Nacionalismo

A nação é compreendida como um conjunto de indivíduos dotados de liberdades "naturais" e unidos por interesses e língua comuns, constituída também por uma individualidade política com direito de autodeterminar-se.

O Nacionalismo foi uma doutrina que inspirou a burguesia de algumas nações ainda não-unificadas a empreender uma luta política pela independência e unificação nacional ante certas potências estrangeiras. O Nacionalismo pode ser visto, assim, como um

desdobramento do Liberalismo, num contexto nacional de luta pela independência, como ocorreu na Polônia, Bélgica, Tchecoslováquia, ou pela unificação política de outros países, como no caso da Itália, Alemanha e Iugoslávia. Não podemos nos esquecer também de que o Nacionalismo tem seu fator móvel, nos interesses capitalistas da burguesia, pela unificação interna de mercados ou em função da disputa internacional de mercados externos, o que atingiu um momento de grande exacerbação, antes da Primeira Guerra e no período de entreguerras.

Percebe-se, então, que o Nacionalismo foi de fato um movimento político da burguesia pela unificação ou independência nacionais, mas atingiu também certos setores populares na sua luta contra o imperialismo. Foi, por outro lado, expressão doutrinária e política para justificar ideologicamente a construção de um capitalismo nacional. E, no seu extremo, esse Nacionalismo, no caso dos regimes nazi-fascistas, levou à expansão imperialista e ao racismo.

3.1. A Unificação Italiana

Com o Congresso de Viena, a Itália permaneceu dividida, motivando forte sentimento nacional por parte da burguesia da península pela unificação do país. O movimento nacionalista italiano baseou-se na idéia romântica do **Risorgimento**, ou seja, sentimento patriótico que deveria restaurar o domínio glorioso que a Itália havia desfrutado na Antiguidade e na Renascença. O Nacionalismo italiano dividiu-se em três correntes principais:

- Mazzinismo: reivindicava o estabelecimento de uma república liberal, seguindo as idéias do patriota Giuseppe Mazzini;
- Camisas Vermelhas: tendência mais radical que se organizou em torno de Giuseppe Garibaldi e que buscava a construção de uma república democrática inspirada nas revoluções de 1848;
- Os patriotas de mentalidade religiosa, mais conservadores, acreditavam que a solução mais viável seria federalizar os estados italianos sob a presidência do papa.

A liderança do processo de unificação coube ao reino sardo-piemontês, estado independente, industrial e progressista, governado por Victor Emanuel II e pelo ministro Conde de Cavour (Camilo de Benzo). O grande obstáculo à unificação foi o domínio aberto ou a indisfarçada influência política que certas potências européias tinham sobre a maioria dos Estados italianos: a França de Napoleão III protegia os Estados da Igreja, e a Áustria dominava o reino lombardo-veneziano e os ducados de Parma, Módena e Toscana.



Configuração política da Europa após o Congresso de Viena, com destaque para a fragmentação da Itália, dividida em sete Estados Independentes.

As etapas da unificação constituíram-se, por isso mesmo, em guerras contra potências estrangeiras e seus aliados internos e em hábil política diplomática do Conde de Cavour:

- participação do Piemonte na Guerra da Criméia, ao lado da Inglaterra e da França em apoio ao Império Otomano contra a Rússia (1854);
- guerra contra a Áustria, em 1859: com apoio da França e da Prússia e aproveitamento do envolvimento da Áustria na guerra contra a Prússia, o Piemonte anexou a Lombardia (Tratado de Zurique). O vale do Pó, industrializado, era do Piemonte;
- movimentos revolucionários tomam o poder nos ducados de Luca, Parma, Módena, Toscana e no Reino das Duas Sicílias, este invadido por mil camisas vermelhas de Garibaldi;
- plebiscitos concordam com a anexação dessas regiões à monarquia piemontesa. Em 1861, Vitor Emanuel II foi proclamado rei da Itália, cuja capital passou de Turim para Florença, em 1865. Prevalcia a tendência política de fazer da Itália uma monarquia parlamentar, ao estilo inglês;

- em 1866, aliando-se à Prússia contra a Áustria, a Itália conseguiu anexar a Venécia e, em 1870, após Napoleão III ter retirado suas tropas da "Cidade Eterna" (em consequência da guerra contra a Prússia), os italianos ocuparam Roma, logo transformada em capital do reino da Itália.

O papa Pio IX se recusou a aceitar a perda de seus territórios e nem aceitou as indenizações oferecidas (Questão Romana). Somente em 1929, pelo Tratado de São João de Latrão, concluído entre Mussolini e o papa Pio XI, firmou-se um acordo pelo qual se criava o Estado do Vaticano, o Sumo Pontífice recebia indenização pelas perdas territoriais, o ensino religioso seria obrigatório nas escolas e proibia-se a admissão em cargos públicos de padres que abandonassem a batina.

A "Itália Irridenta" consistia na existência de minorias italianas fora do território italiano: pelo Tratado de Saint-Germain (1919) anexaram-se Trentino, Trieste e Ístria e, em 1924, as Costas Dálmatas.



Giuseppe Garibaldi (1807-1882), herói da unificação italiana, participou, no Brasil, da Revolução Farroupilha.

Exercício Resolvido

01. Sobre a unificação Italiana (1848 – 1870), responda às questões abaixo.

- a) Descreva a situação política da Itália por volta de 1850.

b) Analise, em linhas gerais, a evolução do reino do Piemonte na década de 1850.

c) Quais as principais fases do processo de unificação Italiana e suas consequências?

Resposta

a) O território italiano estava dividido, na primeira metade do século XIX, entre o Reino das Duas Sicílias (ao sul), o Estado Pontifício (ao centro), o Reino do Piemonte-Sardenha e diversos Estados dominados pela Áustria (ao norte).

b) A industrialização do Piemonte-Sardenha levou a burguesia desse reino a apoiar a unificação da Itália, o que iria favorecer suas exportações. Com o apoio da França, o primeiro-ministro do Piemonte, Camilo Cavour, declarou guerra à Áustria.

c) Vencendo os austríacos, o Piemonte anexou a Lombardia, a Toscana, Parma e Módena, em 1859. Em 1860, conquistou a maior parte dos territórios sob o domínio do papa.

No mesmo ano, Giuseppe Garibaldi partiu do Piemonte com um pequeno exército e dominou o Reino das Duas Sicílias. Em 1861, o rei piemontês Vitor Emanuel II declarou-se rei da Itália.

Para a unificação total, restava a incorporação de Veneza e de Roma. A Áustria foi vencida na guerra contra a Prússia, aliada da Itália, e entregou Veneza em 1866. Roma foi ocupada por Garibaldi em 1870.

A ocupação criou um conflito entre a Igreja e o Estado italiano, pois o papa não aceitou a dominação. A questão só foi resolvida em 1929, quando se criou o Estado do Vaticano, dentro de Roma.

3.2. A Unificação Alemã

Como já vimos, o Congresso de Viena extinguiu o Sacro Império, retalhando a Alemanha em 39 pequenos Estados que passaram a formar a Confederação Germânica, sob a presidência da Áustria e sob a vice-presidência da Prússia.

O sentimento nacionalista do povo alemão pela unificação política do seu país foi captado, exatamente, pelo reino da Prússia, cujo chanceler, Otto von Bismarck, assumiu a li-

derança política daquele processo. A Prússia já possuía uma incipiente industrialização e uma boa rede de transporte ferroviário, o que a colocava como eixo incontestável da nação alemã unificada.

A base social e política de Bismarck provinha dos **Junkers**, aristocracia fundiária, formada por monarquistas convictos, nacionalistas exaltados e favoráveis a soluções de força.

O primeiro passo decisivo contra a divisão nacional foi a criação, em 1848, do **Zollverein**, união aduaneira entre alguns Estados alemães, que incluía a Prússia e excluía a Áustria. A partir de então, os estados membros poderiam comprar e vender a outros sem pagar tarifas alfandegárias – verdadeira unidade econômica nacional.

As principais etapas da unificação alemã constituíram-se em guerras da Prússia contra Estados adversários da unidade alemã. Guerras em que a Prússia sempre foi a vitoriosa:

- guerra dos Ducados (1864): da Prússia, aliada da Áustria, contra a Dinamarca, pela anexação do Holstein e Schleswig;
- guerra Áustro-Prussiana (1866): ou das Sete Semanas, cujo pretexto foi a exigência austríaca da divisão dos ducados dinamarqueses.
- guerra Franco-Prussiana (1870): com as ameaças francesas de anexações territoriais no Reno e a oposição de Napoleão III à ascensão de um membro da família real alemã ao trono da Espanha, Bismarck declarou guerra à França, derrotando-a de modo fulminante, e conseguiu, assim, finalmente, a unificação política de todos os estados alemães.

A partir daí, o rei Guilherme da Prússia foi proclamado imperador da Alemanha, e Bismarck, o seu chanceler. A Alemanha cresceu vertiginosamente, a ponto de, em 1900, superar a Inglaterra na produção de aço. O desenvolvimento industrial colocou em risco a tradicional hegemonia inglesa, constituindo isso importante causa da Primeira Grande Guerra.

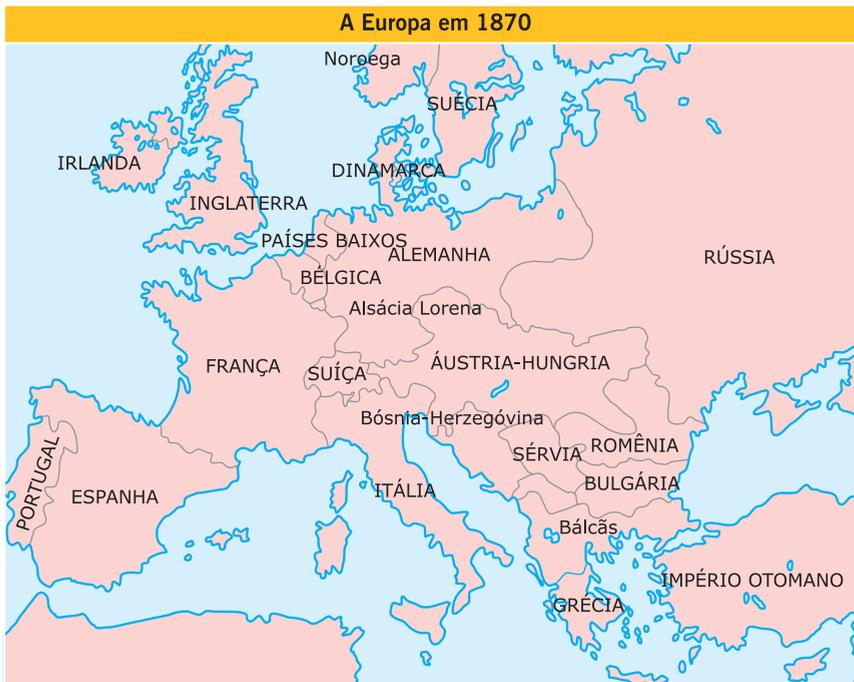


Nomes de alguns dos Estados que compunham a Confederação Germânica.

Do ponto de vista político, a unificação rompeu o equilíbrio europeu, deixando a França humilhada e marginalizada. Bismarck buscou a formação de alianças internacionais que mantiveram a França no isolamento. Assim nasceu a Tríplice Aliança, em 1887, um dos blocos rivais na Primeira Guerra.



Para Bismarck, o chamado "chanceler de ferro", a unidade alemã seria obtida pela força militar.



Exercícios Resolvidos

01. O que foi o Zollverein?

Resposta

União aduaneira dos estados alemães criada pela Prússia na década de 1830.

02. Descreva sinteticamente as principais fases do processo de unificação política da Alemanha.

Resposta

O processo de unificação da Alemanha comandado por Bismarck fundamentou-se nestas três etapas:

- a guerra dos Ducados (1864) anexando territórios dinamarqueses;
- a guerra Austro-Prussiana (1866) consolidando a Hegemonia Prussiana na confederação germânica do norte;
- a guerra Franco-Prussiana (1870) anexando os Estados do sul e concluindo o processo de unificação.

03. Analise as principais conseqüências da unificação alemã.

Resposta

Dentre as conseqüências dessa unificação destacam-se:

- a ruptura do equilíbrio Europeu;
- a decolagem da revolução industrial alemã;
- a política de "alianças".

Capítulo 05. Os Estados Unidos no Século XIX

Desde a época em que os primeiros colonizadores, provenientes da Inglaterra, chegaram à Virgínia e começaram a movimentar-se em direção ao oeste, esta foi uma nação imperial conquistadora.

Paul Kennedy – Universidade de Yale

1. O Nascimento de uma Nação

Após derrotarem os ingleses na guerra de independência, os colonos americanos passaram a debater a formação de um país a partir das 13 colônias. Em 1787, foi aprovada a Constituição, dando origem à República dos Estados Unidos da América, de caráter federativo e presidencialista, estabelecendo a existência de três poderes independentes: executivo, legislativo e judiciário.

O chefe do executivo seria o presidente da República, eleito para um mandato de quatro anos; duas casas formariam o legislativo, ou Congresso: a Câmara dos Representantes e o Senado. Uma Corte Suprema, composta por nove juízes indicados pelo presidente, decidiria os conflitos entre o Estado e entre estes e a União. Praticamente todos estes princípios constitucionais permaneceram inalterados até os dias atuais.

Logo após a aprovação da Constituição, foram realizadas as eleições presidenciais, saindo vitorioso George Washington, rico proprietário rural da Virgínia e um dos líderes da guerra de independência. Washington governou o país de 1789 até 1797, portanto, dois mandatos.

Em seu governo foram criados os partidos políticos: o Partido Federalista, formado por comerciantes, armadores e financistas, em sua maioria, do norte, e defensores do protecionismo alfandegário e da limitação popular em questões políticas, e o Partido Republicano Democrático, formado por pequenos proprietários e trabalhadores, defendendo o federalismo e maior participação popular, ampliando o sufrágio, pois nesta época o

voto era censitário.

Durante o governo do presidente James Madison, ocorreu aquilo que os americanos chamam de a Segunda Guerra da Independência. As razões do conflito com a Inglaterra vinham se arrastando e acumulando há muito tempo. Os ingleses – diziam os americanos – estavam armando os índios para que eles atacassem os americanos que estavam estabelecendo-se no noroeste, fronteira com o Canadá. Outro fator do conflito foi representado pela necessidade de a marinha inglesa ter marinheiros para a sua guerra contra Napoleão e, para tal, apresava navios americanos e retirava deles a tripulação, usando-a em seus navios de guerra.

Em vista da repetição continuada desses episódios, os Estados Unidos declararam guerra à Inglaterra. Foram dois anos de guerra, de 1812 a 1814. Os americanos venceram, mas tiveram a sua capital – Washington – invadida e incendiada pelos ingleses. Pela Paz de Gand a Inglaterra reconheceu a derrota.

Essa guerra serviu para que a sociedade americana fortalecesse o patriotismo e a união entre os Estados. Durante a guerra, diminuíram as importações da Europa, favorecendo o crescimento manufatureiro dos Estados do norte, fazendo com que os empresários passassem a exigir cada vez mais em tarifas alfandegárias protecionistas.

2. A Marcha para o Oeste

Na presidência de James Monroe (1817 – 1825), os partidos políticos, federalista e democrático, aproximaram-se numa conciliação de interesses, pois o presidente, apesar de pertencer ao Partido Democrático, realizou uma política econômica do agrado dos federalistas, com altas tarifas alfandegárias e fortalecimento do Banco dos Estados Unidos. Esse período é conhecido como “a era dos bons sentimentos”.

Na Europa, com a derrota de Napoleão Bonaparte, foi organizada a Santa Aliança, que elaborou a Doutrina da Legitimidade, qual seja, a defesa do retorno dos territórios ocupados

por Napoleão durante as guerras dos seus países legítimos. Dessa forma, a Espanha teria o direito de recuperar as suas antigas colônias na América, agora países independentes.



Adaptado de: Albuquerque, Manoel Maurício de et alii. Atlas histórico escolar. 8 ed. Rio de Janeiro, MEC, 1991.

O presidente James Monroe, apoiado secretamente pela Inglaterra, que não queria se indispor com os países da Santa Aliança, fez um pronunciamento contra as tentativas de recolonização de qualquer país da América, surgindo, assim, a Doutrina Monroe, em 1823, sintetizada na frase “a América para os americanos”.

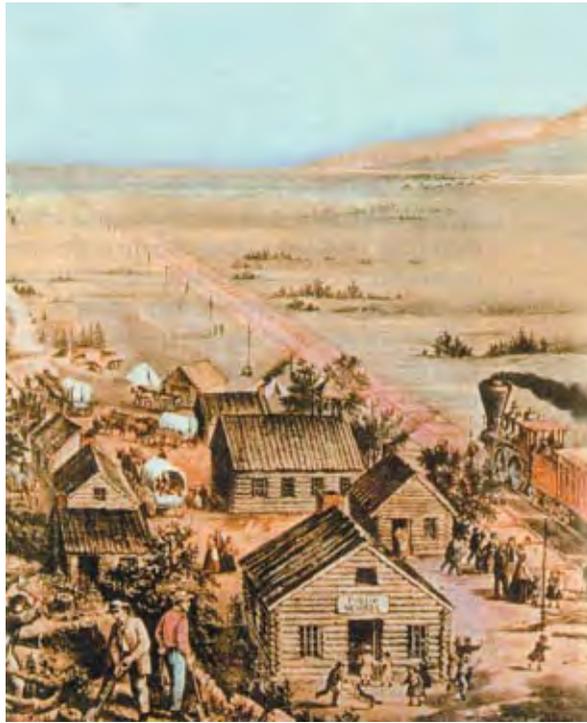
Um pouco antes, os americanos já se expandiam em direção ao oeste, baseados na ideologia do “Destino Manifesto”. O primeiro grande passo para essa expansão foi a compra da Louisiana à França, durante o governo napoleônico, em 1803. Em seguida os Estados Unidos adquiriram a Flórida, em 1819, da Espanha e, depois, em 1853, o território de Gadsden, do México. Em 1867, também por meio da compra, foi adquirido da Rússia o Alasca.

Porém, a expansão territorial não se limitou apenas à compra, mas também à conquista por ocupação e pela guerra.

A população da costa atlântica aumentava continuamente pelos grupos de imigrantes e passou a se deslocar em direção ao oeste, onde havia terras férteis e baratas. Na primeira metade do século XIX, o governo vendia por um dólar o acre de terra.

Caravanas de carroças passaram a se dirigir para oeste em levadas sucessivas. Entretanto, passaram a encontrar a resistência dos índios que viam suas terras serem ocupadas pelos brancos, como também a mortalidade em massa de manadas de búfalos, fonte principal de sua alimentação. Com a utilização, pelos brancos, de armas de fogo, de artimanhas – como dar bebida alcoólica, armas de fogo aos índios e provocar guerras entre tribos – e o uso da cavalaria, os indígenas das planícies foram sendo pouco a pouco empurrados para as chamadas “reservas do Estado”.

Os pioneiros, marchando cada vez mais para oeste, passaram a ocupar terras no México, que, inicialmente, não se preocupou muito, mas o aumento considerável de americanos ocupando cada vez mais terras levou as autoridades mexicanas a tentar barrar essa expansão. Os americanos entraram em conflito com o governo mexicano e proclamaram a República Independente do Texas, em 1836, que correspondia às terras ocupadas por eles. Enquanto isso, mais pioneiros chegavam e dirigiam-se para a Califórnia, também território mexicano.



A gravura mostra alguns dos principais pilares desenvolvidos a partir do século XIX e responsáveis pela sociedade americana: a caravana, a ferrovia, o telégrafo (repare nos postes ao longo da estrada), o trabalho e a escola.

Em 1844, o presidente James Polk, interessado na anexação desses territórios, arranjou uma encrenca com o México, que serviu de pretexto para o início do conflito armado. A guerra durou dois anos (1846 a 1848) e o México foi derrotado. A paz foi firmada pelo Tratado de Guadalupe-Hidalgo de 1848, pelo qual os Estados Unidos tiveram o direito de anexar o Texas, a Califórnia e os territórios que deram origem aos atuais Estados de Nevada, Utah, Colorado, Arizona e Novo México; a fronteira entre os dois países passou a ser o rio Grande.

Logo depois da guerra, os americanos descobriram ouro na Califórnia, desencadeando uma verdadeira “corrida ao ouro”. A população da região passou de 20 000 habitantes em 1848 para quase 400 000 em 1860.

O Texas tornou-se um imenso criadouro de gado, abastecendo o norte e também exportando. Assim foi incentivada a constru-

ção de estradas de ferro, que seriam o meio utilizado para o transporte do gado, abandonando-se dessa forma, aos poucos, o transporte por terra de imensas manadas, pelos *cowboys*.

Em 1862, foi promulgada a Lei de Cessão de Terras (Homestead Act), que dava 160 acres de terras ao cidadão que ocupasse e produzisse no espaço de cinco anos.

3. Guerra de Secessão

A expansão para o oeste, o crescimento da indústria nos Estados do norte e o aumento da população devido à imigração alteraram profundamente as estruturas econômicas e sociais do país. Enquanto isso, os Estados do sul permaneciam com a sua economia baseada na *plantation* do algodão e com uma sociedade escravista e aristocratizada.



Guerra da Secessão nos Estados Unidos

Neste contexto, aumentavam as divergências: o norte desejava o fim do trabalho escravo e tarifas alfandegárias protecionistas, enquanto o sul brigava pela manutenção, e até ampliação para os territórios anexados, do trabalho escravo e a prática do liberalismo, ou seja, do livre-cambismo.

Nas eleições de 1860, o Partido Democrático e o sul dividiram-se entre dois candidatos, possibilitando a vitória do Partido Republicano (formado, em 1854, por democratas dissidentes e federalistas), com o candidato Abraham Lincoln. A vitória teve, também, a colaboração da imensa massa de imigrantes naturalizados e de seus filhos, já cidadãos americanos.

A plataforma de Lincoln compreendia a defesa de tarifas protecionistas e a manutenção da unidade nacional.



A eleição de Abraham Lincoln tornou a guerra civil quase inevitável. Atrás de Lincoln vê-se a bandeira da União, com 34 estrelas. Os nortistas lutaram sob esta bandeira durante a primeira metade da guerra. Isso porque Lincoln recusou-se a eliminar as estrelas que representavam os Estados do Sul.

Com a vitória de Lincoln, a Carolina do Sul retirou-se da União, sendo seguida por mais dez Estados escravistas que, reunidos em assembléias, formaram os Estados Confederados da América, elegendo Jefferson Davis como presidente e a capital do novo país passou a ser Richmond, no Estado da Virgínia.



A Confederação elegeu Jefferson Davis seu presidente. Ex-soldado, Davis tentou conciliar os papéis de presidente e comandante militar. Assim, ele interferiu muitas vezes nas decisões de seu comando militar, inclusive recusando-se a demitir generais incompetentes. Isso foi desastroso para os sulistas.

No dia 12 de abril de 1864, tropas confederadas atacaram o Forte Sumter, próximo à cidade de Charleston. Foi o início da guerra. Inicialmente os sulistas conseguiram algumas vitórias em virtude do elemento surpresa e, até certo ponto, de certa incompetência de alguns oficiais do norte. Mas, com o desenrolar da guerra, o norte foi obtendo vitórias sucessivas, graças a uma série de fatores: a população do norte era de 22 milhões de habitantes, enquanto a do sul era de 9 milhões; o norte possuía indústrias que produziam armamentos e navios – usados para fazer

bloqueio no litoral, impedindo que o sul recebesse armas do exterior e exportasse seu algodão – enquanto o sul dependia de importações.

Em 1863, durante o conflito, o presidente Lincoln assinou a lei, abolindo o trabalho escravo, desarticulando a produção sulista. Jefferson Davis, presidente do sul, afirmou sobre este ato: “... foi o ato mais execrável da história humana...”. Os sulistas combateram “até o último homem”, quando, em abril de 1865, o comandante do exército confederado Robert Lee rendeu-se em Appomatox diante do general Ulisses Grant, comandante do exército da União.

4. Após a Guerra

Terminada a guerra que provocou a morte de 600 000 pessoas, um número ainda maior de feridos e estropiados e a devastação de campos e cidades, teve início a recuperação do país, fase conhecida como “a Reconstrução”. Os Estados sulistas foram reintegrados à União, após reconhecerem a abolição da escravidão, e os negros passaram a ter direito ao voto, a partir da promulgação da Emenda XV feita à Constituição.

Com a burguesia industrial do norte no poder, conhecida como os “barões gatunos”, os Estados Unidos tiveram um crescente desenvolvimento econômico, facilitado por tarifas protecionistas, contínuo afluxo de imigrantes aumentando o número de trabalhadores, capitais europeus aplicados na produção de aço e construção de ferrovias, utilização do petróleo e da energia elétrica e imenso progresso das ciências, graças às invenções que se multiplicaram a cada dia.

O Assassinato de Lincoln

Mais tranqüilo com a vitória nortista, Lincoln foi com sua mulher ao Teatro Ford, em Washington, na Sexta-Feira Santa, 14 de abril. Quando assistia à peça, o presidente levou um tiro, disparado por John Wilkes Booth, simpatizante dos Confederados. Lincoln morreu no dia seguinte, sem recuperar a consciência.



O mercado interno abastecido, os Estados Unidos, continuando a usar o Destino Manifesto, passaram a conquistar o mercado externo. Para isso, usaram suas forças armadas no intuito de “facilitar” a penetração de seus produtos nos mercados e, caso houvesse dificuldades, elas “convenceriam” os governos a aceitar a presença do imperialismo norte-americano. Assim foi em Cuba, na Nicarágua, em Porto Rico, Colômbia (de onde retiraram o Panamá, a fim de construir o canal) e no Pacífico, onde dominaram o Havaí e as Filipinas.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos faziam “sucesso” nesta nova etapa expansionista, em seu território crescia o racismo defendido pela Ku-Klux-Klan, sociedade secreta composta por sulistas racistas e raivosos, que espalhavam o terror e a segregação racial nos Estados do sul. Enquanto isso, nos Estados do norte e do leste, o operariado realizava as suas primeiras greves, que eram reprimidas violentamente. Uma dessas greves ficou famosa: no dia primeiro de maio de 1886, 350 000 operários suspenderam o trabalho e conseguiram a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. Porém, o fato que realmente marcou esse episódio foi a repressão sangrenta feita contra operários em Chicago, especialmente na fábrica de máquinas agrícolas Mc Cormick Harvester. Daí o 1º de maio passou a ser comemorado como o Dia do Trabalhador.

Exercícios Resolvidos

01. Qual era o programa de Abraham Lincoln em 1861?

Resposta

Lincoln, eleito presidente, em 1860, pelo Partido Republicano, defendia os interesses do norte industrializado, a idéia de tarifas protecionistas e a união nacional a todo preço.

02. (Cesgranrio-RJ) A idéia de “fronteira”, muito presente na historiografia norte-americana, costuma ser utilizada para:

a) explicar algumas das características básicas da civilização norte-americana (igualitarismo, individualismo, espírito democrático, espaço aberto à livre iniciativa etc.).

b) indicar o chamado “destino manifesto” da nação norte-americana: a ocupação de toda a América do Norte e o avanço sobre Cuba, Porto Rico, Panamá e Caribe.

c) chamar a atenção sobre a epopéia da expansão das estradas de ferro transcontinentais, rumo ao Pacífico.

d) justificar a aquisição do território do Alasca e a incorporação dos imensos territórios tomados ao México, após a derrota deste último em 1848.

e) significar a posição heróica dos colonos ingleses, nos primeiros tempos da colonização, nos limites do mundo ocidental e às voltas com a hostilidade dos índios e escravos fugitivos.

Resposta: B

